

querem a televisão nesta Assembleia. Seia um contra-senso.

V. Exa. hoje veio muito bem vestido, barbação, ponteiro, perfeitamente elegante, com os bigodes aparados, e até nem está fumando cigarro de palha, mas um cigarro condizente com a sua posição de Presidente. Então V. Exa. verifica que todos nós gostamos de televisão. V. Exa. gosta, eu gosto, todos nós gostamos. E já peço até que o Sr. Baleeiro passasse na minha sala para fazer maquiagem a fim de parecer perfeitamente diante das câmaras, porque participo sempre de programas na televisão e sei que é necessária uma maquiagem apropriada, que não fiz porque não sabia que esta sessão seria televisada. Se não também eu estaria maquiada, como deve estar o Sr. Baleeiro.

Mas, conforme dizia, V. Exa. não nos vai confundir, dizendo que não queremos a televisão.

Não! Não queremos! Mas, V. Exa. não tem força. Dai pedir a V. Exa. para suspender a sessão, a fim de nos informar, já que V. Exa., quando chegou a esta Assembleia — e aqui eu já estava, aliás como quase diariamente acontece — a televisão já havia invadido este Plenário.

Então, Sr. Presidente, indago: como V. Exa. poderá exigir que a televisão permaneça aqui, até que todos os Srs. deputados inscritos falem, quando se reciba a resposta do Secretário, em questões de ordem etc.?

Por isso, gostaríamos que V. Exa. apurasse a veracidade dessa informação, que a televisão está aqui para transmitir, durante duas horas, a defesa de Baleeiro, quando ele for ler aquele discurso, que foi escrito pelos seus assessores, por aqueles oblatinhos e oblatões que tem lá, na Secretaria. Então, é isso o que está acontecendo. Dai a nossa solicitação a V. Exa., para o bom andamento de nossos trabalhos, encarecendo a V. Exa. para que suspenda a sessão e indague dos canais de televisão que aqui estão — e nós também, queremos ser televisionados. Todos nós queremos ser.

E V. Exa. tem em mãos uma longa lista de inscrições dos Srs. deputados da oposição que querem interpor o Secretário. Como é que V. Exa. que não vai dispor de dinheiro da Assembleia para pagar a televisão — como é que V. Exa. pode garantir esse tratamento equânime que anunciou? Dai o meu pedido a V. Exa. V. Exa. diz que não pode. Mas pode, porque V. Exa. deve saber — não sei se já leu, nestes meses em que é Presidente a resolução que determina que o jardim do Palácio, é, também, Palácio — que ele está sob a sua jurisdição. E se V. Exa. não sabe, aqui fica a minha contribuição a V. Exa.: o jardim é também Palácio "9 de Julho".

Vamos admitir que a esta altura as crianças estejam fora do jardim. Então sugiro a V. Exa. para que compreenda. Sou comissário de menores e não vou permitir tal coisa. Trago aqui a minha carteira, exhibo a V. Exa. (A oradora exhibe a carteira). E vou exigir, como comissário de menores que sou, tratamento certo para essas crianças. Elas não podem ficar privadas de qualquer atendimento, privadas de qualquer coisa, inclusive ficando expostas ao mormaço, para fazer cenário para esse Secretário da Educação.

Não, Sr. Presidente! Ou V. Exa. manda verificar se essas crianças estão fora do jardim, e nesse caso estão fora da jurisdição de V. Exa. e então convide-as V. Exa. para vir para esta Casa, a fim de ficarem no Salão "23 de Maio" com pleno atendimento, com guaranias, com sanduíches, como devem ser tratadas, aliás todas as crianças, que o Padre Baleeiro não pode conhecer, porque nunca será pai, pois tem esta maldição de nunca poder ser pai e, a menos que a cirurgia o atenda, não também não o será, graças a Deus. Então, Sr. Presidente, como comissário de menores exijo tratamento certo para essas crianças. Elas não podem ficar assim, expostas ao mormaço. Ali estão elas, no jardim ou fora dele. E V. Exa. que mande verificar se elas estão sob a sua jurisdição. E se não estiverem no jardim, se estiverem fora dele, estarão expostas a esse tráfego louco de São Paulo, nas proximidades do Mercado Municipal.

Solicito pois a V. Exa. Sr. Presidente, que convide essas crianças para virem ao Salão "23 de Maio", que mande colocar cadeiras, mande servir-lhes lanche, dando-lhes atendimento idêntico ao que gostaríamos de dar às crianças de todo o Brasil, aquelas que passam fome, no Nordeste, e até aquelas que não passam fome em São Paulo.

Essas crianças vieram para cá após tomarem uma única refeição pela manhã, quando se dirigiram às suas escolas, e quando lá foram arrebanhadas para virem até aqui, a fim de justificar esses convênios injustificáveis, como essas crianças de Mogi das Cruzes, cuja comissão de mães está aqui — e sou representante delas porque a mim elas procuraram.

Repito a V. Exa. — e a televisão que o saiba — se V. Exa. me garantir que ela vai permanecer aqui até o fim dos nossos trabalhos: Senão, ou ela sai ou o Sr. Baleeiro não entra no nosso plenário.

O SR. CHOPIN TAVARES DE LIMA — (Sem revisão do orador.) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, ainda sobre a questão de ordem que foi resolvida por V. Exa. com relação à presença de um dos canais de televisão, um após o outro, a V. Exa. para que reconsidere esta sua decisão, mesmo porque o prestígio do Poder Legislativo estará em jogo. O Canal 2 que na administração passada realizava sob o patro-

nio do Secretário da Educação do Estado, curtos pela televisão, gratuitamente, hoje mantêm aqueles mesmos cursos com convênios muito onerosos que a questão não pode conhecer ao certo em quanto montam porque os requerimentos de informações não são respondidos e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia foi impedida de comparecer àquela Secretaria para verificar o assunto.

Assim sendo, Sr. Presidente, ou retira o Canal 2 de televisão a quem rendo homenagens porque no Governo passado transmitia cursos da Secretaria da Educação, gratuitamente, ou V. Exa. solenemente vai empenhar sua palavra de que esse canal de televisão vai transmitir ao povo de São Paulo a íntegra desta sessão, e esta palavra de V. Exa. Será de grande responsabilidade porque amanhã o orador que usar da tribuna, poderá solicitar de V. Exa. a verificação e a análise do "vídeo-tape" do filme que está sendo rodado.

Um segundo patte, Sr. Presidente: gostaria de incluir na minha questão de ordem que crianças no plenário, crianças puxadas fora do plenário numa sessão que, indiscutivelmente, tem aspecto político, estão encadeadas, subalimentadas e foram, como declararam e eu ouvi, retiradas de aula. Mas mais grave do que isto, Sr. Presidente, é que estas crianças estão sendo instrumento político indigno, pois é político que usa um menor como instrumento seu é indigno. Por isso sugiro a V. Exa. Sr. Presidente, que se dirija ao Poder Judiciário para saber quais as providências que devem ser tomadas contra esta atitude indigna de usar menores como instrumento político. Digo isto a V. Exa. lembrando-lhe que sou representante do povo, que sou professor primário e poderia estar lecionando aulas às crianças, pois que, como promotor público, sou curador de menores e mais que isto tudo, Sr. Presidente, lembra-me que sou pai de 4 filhos mais ou menos daquela idade das crianças que foram instrumento de políticos indignos.

Acho que V. Exa. nas duas partes da minha questão de ordem, tem grande responsabilidade na solução porque estarão em jogo o prestígio e a dignidade deste Poder que V. Exa. subirá defender perante o povo de São Paulo.

O SR. GOUVEA FRANCO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo externar a V. Exa. meu ponto de vista sobre o que está ocorrendo nesta Casa. Os Srs. jornalistas são uns privilegiados em todos os lugares do Brasil, em todos os cantos de São Paulo. Tive necessidade de acomodar dois representantes de um jornal, pequeno é verdade, de noticiário policial. Mas o Sr. Presidente da Associação dos Jornalistas Credenciados na Assembleia não permitiu que o deputado acomodasse os dois representantes do pequenino jornal no lugar reservado à imprensa. Pelo que sei, Sr. Presidente, são 24 jornalistas credenciados nesta Casa, mas estamos vendo nas dependências destinadas aos jornalistas mais de 100 jornalistas, não contando fotógrafos, homens encarregados das câmaras de televisão. E o que é pior é que eles invadem o Plenário que é uma mancha que humilha o deputado. O deputado não tem lugar sequer para sentar-se, porque os fotógrafos tomam conta do plenário, chegam a subir nas cadeiras dos deputados, nas mesas, para fotografar. Então, pergunto a V. Exa. esta Casa, que é do povo, não é minha, não é de V. Exa., não é dos jornalistas, deve realmente estar com suas portas abertas a todos. O Plenário entretanto é exclusivamente destinado aos deputados e eu peço a V. Exa., como medida de disciplina, que faça com que os jornalistas evacuem o recinto destinado exclusivamente aos deputados, que faça sair da sala todos aqueles que não sejam deputados ou legisladores, porque senão, Sr. Presidente, e falo em nome de 3 ou 4 colegas, hoje não haverá sessão. (Não apoiado.)

O SR. CASSIO CIAMPOLINI — (sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, como deputados, temos o máximo interesse em que esta sessão ou qualquer outra da Assembleia tenha ampla divulgação. Acho útil e necessária a televisão nesta Casa, neste momento. Entretanto, como V. Exa. se propôs a garantir igualdade de tratamento aos deputados e ao Secretário, quero declarar que não está havendo, desde já, essa igualdade, o que V. Exa. poderá apurar imediatamente.

Em todos os jornais saiu um anúncio hoje. "A partir das 14 horas diretamente da Assembleia Legislativa, depoimento do Secretário da Educação, Padre Januário Baleeiro, através dos canais 2, 4 e 5, e rede de emissoras de rádio sob o comando das Rádio Difusora".

Evidentemente esta publicação é matéria paga.

— (Vozes no plenário.) — O SR. PRESIDENTE — Fazendo soar a campainha) — A Presidência solicita a atenção do Plenário. Está na tribuna o nobre deputado Cassio Ciampolini.

O SR. CASSIO CIAMPOLINI — Venha-se, Sr. Presidente, que se trata de matéria paga. (Pausa.)

A televisão já deveria estar funcionando e esta sessão estar sendo transmitida ao povo de São Paulo. Entretanto, não está. O pedido de suspensão, feito pelo nobre deputado Conceição da Costa Neves, deve ser atendido. V. Exa. tem de verificar se realmente, as estações de televisão que se instalaram aqui, para retransmitir os nossos trabalhos, os estão retransmitindo, ou se só irão para o ar quando vier para cá o Secretário da Educação.

Nesta última hipótese, teremos o depoimento do Secretário da Educação transmitido a todo o povo de São Paulo, e os trabalhos da Assembleia Legislativa não. Seria um "quinau" dado pelo Secretário da Educação aos deputados.

Sr. Presidente, V. Exa. como deputado,

não poderá mais a garantir que a sessão

Quero declarar que em toda esta matéria Baleeiro não tem nenhuma culpa. Não me solidarizo com os deputados que acusam o Sr. Secretário da Educação porque acho que não é caso de solidariedade a quem faz uma acusação. Não me solidarizo com o Padre Baleeiro porque o acusado não merece solidariedade, merece ser julgado. Ele teria de exigir as provas dos seus acusadores, para que o podesse julgar. Qualquer solidariedade para quem acusa um criminoso ou para quem o defende de um crime que não se compreende.

O povo teria de ouvir todo o depoimento do Padre Baleeiro e todas as acusações contra ele, sem aplausos, a uns e a outros sem aparo nenhum.

ALTAS VOZES EM PLENÁRIO. O SR. PRESIDENTE faz soar fortemente a campainha.

O SR. CASSIO CIAMPOLINI — Sr. Presidente, V. Exa. está em condições de verificar que não está sendo televisada esta sessão da Assembleia Legislativa. Que o que aqui se fez é apenas para televisionar e transmitir pelo rádio o que o Secretário da Educação quiser dizer-nos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência respondendo às questões de ordem dos nobres deputados Gouveia Franco e Cassio Ciampolini, tem a informar...

(Altas vozes em Plenário. O Sr. Presidente faz soar fortemente a campainha.)

O SR. PRESIDENTE — ... que, no reunião da Mesa, sobre a permissão dos canais de televisão televisionarem as sessões desta tarde, no Palácio 9 de Julho, foi exatamente a Presidência quem adotou o caráter desse tratamento equânime. Desde que os canais de televisão estivessem concordando com a Presidência não só a exposição do Sr. Secretário da Educação, como também as interpelações dos Srs. deputados, a Presidência estaria de acordo em que permaneceria em Plenário.

Porque a Presidência informa que, eles não têm responsabilidade, pois não dependem de forma alguma exercer a Presidência, preferindo o Poder Legislativo que preside e que tem o dever de prestar e resguardar a Presidência informa aos nobres deputados que está aguardando a resposta dos senhores responsáveis pelos canais de televisão que aqui se encontram, a fim de que possa garantir o tratamento equânime que a própria Presidência estabeleceu, na reunião da Mesa realizada no início desta sessão.

Como a Presidência aguarda a resposta, deseja, antes de suspender a sessão por 5 minutos, dar a palavra, pela ordem, ao nobre deputado Carlos Kherlakian, que a havia solicitado antes que a Presidência respondesse às questões de ordem dos nobres deputados Gouveia Franco e Cassio Ciampolini.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tendo S. Exa. desistido da palavra, a Presidência suspende a sessão por 5 minutos, para aguardar as informações dos canais de televisão.

— E suspenda a sessão.

— Cinco minutos depois, é reaberta a sessão, sob a presidência do Sr. Ciro Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

A Presidência comunica aos Srs. deputados que, entrando em entendimento com o canal de televisão, foi informada de que não serão mais televisados diretamente os trabalhos parlamentares. Todavia, os trabalhos deverão ser cinematografados, para "vídeo tape", durante o decorrer de toda a sessão, a fim de que possa o povo de São Paulo acompanhar os trabalhos da convocação do Sr. Secretário da Educação à Assembleia Legislativa do Estado. A Presidência recebeu informação de que toda a sessão será gravada em "vídeo tape"; desde que assim não seja, a Presidência não permitirá que a mesma seja exposta, pois aceita a declaração afirmativa de que será dado tratamento equânime, cinematografando-se, em "vídeo tape", o decorrer de toda a sessão de convocação do Sr. Secretário da Educação.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Para reclamação) — Sem revisão da oradora — Sr. Presidente, Deus me livre que possa passar pela cabeça de V. Exa. que eu ponha dúvida sobre a sua palavra. O que ponho em dúvida — e V. Exa. vai estar de acordo comigo — é a sua competência para cumprir o prometido. Isto foge à sua possibilidade, Sr. Presidente. V. Exa. vai nos fazer crer que a sessão — que vai ter uma duração de 4 ou 5 horas, — seja toda transmitida ao ar? V. Exa. já não está mais em idade dessa ingenuidade, e eu não sou menos, que sou multissimamente velho, o que V. Exa. Então, Sr. Presidente, quando a malícia é detalhada de inteligência, eu a chamo curva. Mas, quando a malícia é ressaltada, eu a repudio, não a aceito. Então, não posso aceitar esta proposta, que vem da Secretaria, porque ela não é de V. Exa. V. Exa. não pode cometer tal ingenuidade a esta altura da sua vida. V. Exa. não tem nenhum meio, não dispõe de nenhuma lei, de nenhum recurso financeiro para fazer cumprir esse acordo. Então o programa vai para o ar. Até acho interessante, Sr. Presidente, V. Exa. sabe que acho interessante a garatinha desse Baleeiro na televisão. E olha, porque outras dúvidas poderiam parar, mas aquela não. Aquela é positiva quando ele aparece na televisão. Então não tenho nada contra o fato de ele aparecer na televisão. Mas o que não é possível é que os trabalhos desta Casa, na sessão de hoje, sejam apresentados através uma parte de opinião. Não é possível. V. Exa. há de concordar. E o mesmo que amanhã exibimos de V. Exa. que saiam os nobres debates e não seja a exposição dele no "Diário Oficial". Mas, aí V. Exa. tem for-

ça. Aí V. Exa. determina: aí V. Exa. é o senhor V. Exa. e o campeão do Rememoração. Mas V. Exa. não tem meios financeiros, não tem nenhuma outra possibilidade de qualquer ordem para impelir os canais de televisão que coletem, ou não o "vídeo-tape" no ar. V. Exa. não pode obrigá-lo a que coletem e não pode obrigá-lo a que não coletem. Em nenhuma circunstância. Então, aí que V. Exa. deve ser Presidente. É aí que V. Exa. deve ser Presidente aqui, porque a hora V. Exa. não pode fiscalizar. Lá fora, não. V. Exa. é Presidente aqui.

Então, indago de V. Exa., que ficou de informar a este Plenário, a esta Casa, em que ficou o caso das crianças: elas continuam no mormaço ou V. Exa. mandou recolhê-las ao Salão 23 de Maio, atendendo-as? Qual a situação das crianças? Quem indaga de V. Exa., através da deputada, é a comissão de menores.

Mas quero dizer a V. Exa. que mande retirar estas máquinas de televisão e de "vídeo-tape" porque eles não vão funcionar nem como programa imediato, para conspurcar os lares de São Paulo com a presença de tal figura, nem à noite, nem em hora nenhuma, porque simplesmente não vai ser feito. Este plenário é nosso, Sr. Presidente, e não vai ser filmado, o "vídeo-tape" não vai funcionar. Eu acho melhor isto para evitar tumultos, para V. Exa. nos possibilitar interpellarmos o Secretário da Educação como desejamos.

Hoje ouvimos a palavra do nobre deputado Amaral Gurgel, que é vice-líder da bancada do PSP, dizendo que conseguimos a nossa intenção, o nosso objetivo, com o apoio do partido de S. Exa., o que é realmente verdade, mas muito tardiamente, porque V. Exa. deve ter de memória todo o tempo decorrido, quando o deputado Ariavido Roscio — que era de fato uma espécie de coroinha de quinta classe do Sr. Baleeiro — impediu, todas as tardes, que este Plenário discutisse o requerimento de convocação. Então não é como eles estão querendo fazer crer. O PSP e anexos não funcionaram assim como disse o deputado Amaral Gurgel, porque eles obstruíram. A bem da verdade, devemos dizer que o PSP não obstruiu; os anexos sim, porque o PSP não ocupou a tribuna nunca.

Então quero dizer a V. Exa., em primeiro lugar, solicitar a V. Exa. que, em homenagem ao Plenário, esclareça a situação das crianças. Depois, em segundo lugar, quero dizer a V. Exa. que eles não vão filmar.

O SR. FERNANDO MAURO — Sr. Presidente, peço a palavra, para reclamação.

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Exa. a palavra, para reclamação.

O SR. FERNANDO MAURO — Sr. Presidente, cedo a minha vez ao nobre deputado Araripe Serpa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Araripe Serpa, para reclamação.

O SR. ARARIPE SERPA (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há uma distinção que necessariamente deve ser feita neste plenário, na tarde de hoje. É preciso distinguir entre a imprensa e os contratos publicitários. A Assembleia Legislativa não se ergue contrária à imprensa, no seu dever de bem informar. A Assembleia Legislativa contesta que o Executivo possa promover contratos publicitários, que possam implicar numa diminuição da dignidade, da majestade e da independência do Poder Legislativo. Já havia dito, na questão de ordem anterior, que para mim, para os deputados da oposição, para os deputados da maioria situacionista desta Casa, enfim, para o Poder Legislativo, a imprensa divulgando os debates, funcionava como um elemento oxigenador do sangue do organismo democrático. E esse conceito é verdadeiro na sua inteireza, pelo pensamento nosso pelo pensamento de cada um de nós. V. Exa. informou a esta Casa que, no resguardo da equidade, ouviu, das emissoras de televisão, o compromisso de filmar por inteiro os trabalhos da Assembleia e que o "vídeo-tape" seria assim feito, filmando e gravando todos os debates do Plenário. Grosse, entretanto, que V. Exa. não pode assegurar a esta Assembleia, não tem condições para tanto, porque vai escapar às prerrogativas de V. Exa. que, devido ao contrato publicitário, o "vídeo-tape" a fita magnética, a gravação não seja mudada, truncada, que não seja apresentada ao público extirpando-se as partes que não convenham aos interesses do Poder Executivo ou, mais precisamente, aos do Secretário da Educação. Sabe V. Exa. que a fita magnética admite montagem, corte e, mais ainda, é tão problemática como elemento de prova a gravação, em fita magnética que o Poder Judiciário não a reconhece como prova. Consequentemente, que segurança podemos ter nós que, filmados aqui todos os trabalhos do Poder Legislativo, não vão as emissoras de televisão não por sua vontade, mas dobradas pelo contrato de publicidade, cortar os trechos que não convenham ao contratante, aquele que paga? Mais ainda, que certeza terá esta Casa de que não se fará a montagem errônea da fita magnética, deturpando os debates, em benefício exclusivo do Sr. Secretário da Educação? O certo é que não há unanimidade dos canais de televisão no comparecimento a esta Casa. Vieram aqui alguns canais, dos muitos que São Paulo tem. Que significa isso? Significa que aqui vieram não apenas pelo intuito da publicidade, da notícia, da informação, mas porque estão cogitados pelo contrato de publicidade. Ou então será possível admitir-se que os demais canais que aqui não compareceram haviam perdido a sensibilidade profissional? Não creio que os outros canais, que os outros jornais estejam embudados na vontade de divulgar o que aqui acontece. O "Grande Baleeiro" é importante para o canal 2, para o canal 4, para o canal 5, para o canal 7 e para o canal 9.

Por coincidência, apenas aqui compare-